

## A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA MIRA DO ÓDIO E OS DESAFIOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA COMO FERRAMENTA CONTRA-HEGEMÔNICA

*Valdenira Silva de Melo\**, *Anselmo Alencar Colares\*\**

### RESUMO

Este artigo discute as dificuldades no campo da educação pública brasileira, seus desafios e perspectivas educacionais no período compreendido entre 2019 e 2022. Teve como objetivo abordar acontecimentos envolvendo a educação pública e os desafios pedagógicos durante a crise sanitária da covid-19. As discussões deram ênfase a situações-problemas enfrentadas na Educação Básica e os desafios da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como ferramenta pedagógica contra-hegemônica. O texto evidenciou o descaso com a questão pública, a criminalização da educação, a precarização do trabalho docente e o alinhamento do governo à política neoliberal, ampliando as desigualdades sociais. Assim, há de levar em consideração os acontecimentos históricos e materiais da sociedade, possibilitando a superação do senso comum e a apropriação de uma educação formal crítica, capaz de desconstruir discursos hegemônicos e de ódio.

**Palavras-chave:** educação pública; pedagogia histórico-crítica; crise do capital.

\* Mestranda em Educação na Amazônia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Professora de História do Ensino Médio (SEDUC-Pará) e do Ensino Fundamental (SEMED-Santarém). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5195-6612>. Correio eletrônico: valdenirasilvademelo@gmail.com.

\*\* Pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1767-5640>. Correio eletrônico: anselmocolares@gmail.com.

**PUBLIC EDUCATION IN THE CROSSHAIRS OF HATRED AND THE CHALLENGES  
OF HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY AS A COUNTER-HEGEMONIC TOOL**

***ABSTRACT***

*This article discusses the difficulties in the field of Brazilian public education, its challenges, and educational perspectives in the period between 2019 and 2022. It aimed to address events involving public education and pedagogical challenges during the Covid-19 health crisis. The discussions emphasized the problem-situations faced in Basic Education and the challenges of PHC as a counter-hegemonic pedagogical tool. The text highlighted the neglect of the public issue, the criminalization of education, the precariousness of teaching work and the government's alignment with neoliberal policy, expanding social inequalities. Thus, it must take into account the historical and material events of society, enabling the overcoming of common sense and the appropriation of a critical formal education, capable of deconstructing hegemonic and hate discourses.*

**Keywords:** *public education; historical-critical pedagogy; crisis of capital.*

***LA EDUCACIÓN PÚBLICA EN LA MIRA DEL ODIO Y LOS DESAFÍOS DE LA  
PEDAGOGÍA HISTÓRICO-CRÍTICA COMO HERRAMIENTA  
CONTRAHEGEMÓNICA***

***RESUMEN***

*Este artículo discute las dificultades en el campo de la educación pública brasileña, sus desafíos y perspectivas educativas en el período comprendido entre 2019 y 2022. Su objetivo era abordar los acontecimientos relacionados con la educación pública y los desafíos pedagógicos durante la crisis sanitaria de la Covid-19. Las discusiones enfatizaron las situaciones problemáticas que enfrenta la Educación Básica y los desafíos de la APS como herramienta pedagógica contrahegemónica. El texto destacó el abandono de la cuestión pública, la criminalización de la educación, la precariedad del trabajo docente y el alineamiento del gobierno con la política neoliberal, ampliando las desigualdades sociales. Así, debe tener en cuenta los acontecimientos históricos y materiales de la sociedad,*

*posibilitando la superación del sentido común y la apropiación de una educación formal crítica, capaz de deconstruir los discursos hegemónicos y de odio.*

**Palabras clave:** *enseñanza pública; pedagogía histórico-crítica; crisis del capital.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho discute as dificuldades no campo da educação pública brasileira, seus desafios e perspectivas educacionais em um período tênuem da história do Brasil. Teve como objetivo abordar acontecimentos envolvendo a educação pública e os desafios pedagógicos durante a crise sanitária da covid-19 no período compreendido entre 2019 e 2022. As discussões deram ênfase a situações-problemas enfrentadas na Educação Básica e os desafios da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como ferramenta pedagógica contra-hegemônica.

Este artigo tem sua origem e fundamentação no trabalho final da disciplina *Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Infantil: escola, currículo e a formação crítica*, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) no ano de 2022. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e consulta a sites que noticiaram acontecimentos em tempo real, evidenciando a falta de gestão do Governo Bolsonaro e suas implicações na condução de políticas públicas importantes na área da Educação. É nesse contexto de contradições que a Pedagogia Histórico-Crítica é considerada como uma ferramenta pedagógica contra-hegemônica.

A problemática está centrada na gestão de Jair Bolsonaro e seus impactos na educação pública. O texto ancora-se nos escritos de Orso (2020), Frigotto (2017, 2021), Saviani (2011, 2021), Colares (2022), Mészáros (2008, 2011), Malachen e Orso (2016), dentre outros. Esses autores se dedicam a estudos sobre a educação, advertindo e denunciando, em suas pesquisas, o avanço do neoliberalismo em diversos setores e a intensificação dessa política no campo educacional, promovendo reformas inspiradas em uma concepção de educação liberal e mercadológica.

No Brasil, o descaso e a aversão à questão pública se tornaram notórios. A regressão social que afeta principalmente os direitos da classe trabalhadora tem se intensificado e refletido em diversos campos da vida em sociedade. O ataque desmedido do capitalismo, da

classe dominante e de seus projetos tem mirado a educação pública como um “mal” a ser combatido.

O viés neoliberal ronda as instituições educacionais considerando a educação um bem essencialmente privado, o que, em parcerias público-privadas, tem favorecido um negócio lucrativo ao empresariado da Educação chancelado pelo Estado brasileiro. Essa ação visa promover uma educação pública cada vez mais precária, descredibilizada, alienada e mercadológica.

Historicamente, a educação vive a força do passado. Como diz Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 24), “[...] nosso presente anda, mesmo, cheio de passado [...].” Da mesma forma, Orso (2020, p. 26) define que “[...] os tempos são de ditadura, de criminalização das diferenças, de formatação, de enquadramento e de pensamento único. É como se os carrascos não admitissem outra reação senão a submissão total e incondicional”. As advertências a tempos difíceis e de desmontes da educação mostram a face perversa do Governo Bolsonaro. Nesse cenário de incertezas, e, ao mesmo tempo, de resistências, levantam-se estudiosos, pesquisadores, estudantes e intelectuais diversos que defendem a educação pública como direito fundamental do cidadão, principalmente daqueles e daquelas que compõem a classe trabalhadora.

Essa resistência tem tecido os fios da crítica, evidenciando as contínuas disputas dos empresários da Educação pelos currículos escolares, com vistas a atender as necessidades de mercado, sob forte influência neoliberal. Nesse contexto, destacam-se a desorganização da classe trabalhadora ludibriada pelo discurso moralista e de anticorrupção, o ataque às universidades públicas, os cortes de recursos, a precarização do trabalho docente e o aumento da jornada de trabalho em tempos pandêmicos da covid-19.

Assim, a educação pública sob a mira do ódio e da intolerância sofre as mazelas históricas de desqualificação e de investidas cada vez mais intensas do capital e do moralismo desmedidos da classe dominante, o que tem contribuído para a precarização da educação pública. Não se trata de desconsiderar o *deficit* educacional; no entanto, o que se critica é o descaso, o ódio, o sucateamento das instituições públicas de educação tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, o que tem impedido investimentos que realmente contribuem para a melhoria da educação pública brasileira. Enfim, diversos acontecimentos que explicitam um modelo de gestão alinhado à política neoliberal, ampliando as desigualdades do país e refletindo-se no campo educacional.

A rotatividade de ministros da educação no Governo Bolsonaro mostra o descaso com a educação pública. Do quantitativo de cinco ministros, um deles nem chegou a tomar posse devido a polêmicas envolvendo a formação acadêmica; dentre os demais, destaca-se um ministro, também pastor presbiteriano, ligado a religiosos de denominação evangélica, acusado de corrupção passiva e de ter desdenhado da profissão de professor. Contraditoriamente, foi o que mais permaneceu frente à pasta ministerial. Nesse sentido, a análise de Orso (2020, p. 83) sobre o (ex)ministro da Educação Milton Ribeiro exemplifica uma dessas situações:

e aí, o ministro da Educação de Bolsonaro, Milton Ribeiro, que aliás, é professor de escola privada, fazendo-se de dissimulado, desconsiderando todos os ataques e o desmonte da escola pública, promovidos pelos governos Temer e Bolsonaro, fala com toda a desfaçatez, que “Hoje ser Professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa”. É o fim do mundo, não é mesmo? Sim, é o fim do mundo. Está em questão um governo disposto a aniquilar o estado para fins sociais e fortalecer-lo a serviço do capital. Portanto, uma coisa é certa. Não podemos duvidar da determinação do governo de destruir o meio ambiente, acabar com os povos nativos, com os pobres, com os funcionários públicos, bem como, de aniquilar a escola e a saúde públicas, extinguir os direitos dos trabalhadores, entregar todas as riquezas às multi e transnacionais, renunciar a soberania e se prostrar perante o império.

A análise de Orso (2020) mostra o descaso do Governo Bolsonaro em relação às questões públicas, destacando-se o campo educacional, ao mesmo tempo que alerta para o avanço do desmantelamento de direitos conquistados em vários segmentos da sociedade. Em meio às contradições, denúncias de corrupção assolam o Ministério da Educação, representado por Milton Ribeiro, explicitando a frequência de líderes da banca evangélica no ministério, no intuito de intermediar recursos a aliados junto ao ministro da Educação. A consequência dessa denúncia foi a prisão preventiva de Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação do Governo Bolsonaro, pela Polícia Federal (PF), na manhã de 22 de junho de 2022.

Os fatos ligados a educação pública que levaram à prisão de Milton Ribeiro, segundo a reportagem da CNN Brasil, destacam que, “[...] de acordo com a PF, a operação ‘Acesso Pago’ tem o objetivo de investigar a prática de tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos públicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC)” (Bentes; Arbex; Lopes, 2022, p. 2).

A reportagem do dia 22 de junho de 2022 da CNN Brasil traz a seguinte informação diante do escândalo de corrupção no MEC:

Bolsonaro chegou a declarar, em março, que colocaria a “cara no fogo pelo Milton”, quando o suposto esquema de corrupção na pasta foi revelado. Agora, o ex-capitão, em entrevista à Rádio Itatiaia, limitou-se a dizer: “Que ele responda pelos atos dele”. O posicionamento de Bolsonaro é característico de sua personalidade dúbia, evidenciando que o descaso com a educação pública faz parte de um processo sistemático de desmontes das políticas públicas de educação no seu governo. (Bentes; Arbex; Lopes, 2022, p. 2).

As articulações da realidade e suas problematizações têm possibilitado reflexões sobre o papel da educação (escolar) e têm evidenciado a sua importância para a análise crítica dos acontecimentos, inclusive da disputa e tentativa de interferência na educação pública por instituições religiosas. Nesse sentido, Colares (2022, p. 37) traz as seguintes contribuições:

o aprendizado dos conhecimentos produzidos pela humanidade e historicamente acumulados constitui fator de sobrevivência para nossa espécie. Daí a importância e a necessidade da educação escolar, a forma de educação que foi sendo aprimorada ao longo da história e se tornou dominante. Todas as tentativas inclusive a de acabar com a escola têm como pano de fundo a compreensão de que a educação escolar, de alguma maneira, direciona as pessoas, ou tem esse potencial, ambiente propício para o estabelecimento de um paradigma, ou para a sua superação. Não é à toa que a escola tem sido disputada pela(s) Igreja(s) e o(s) Estado(s).

Para além da disputa da instituição escolar por grupos religiosos, destacado por Colares (2022), há de se considerar a mesma intenção por grupos empresariais ligados à educação, o que tem intensificado a pressão sobre o Estado para uma agenda neoliberal e conservadora, que favoreça o projeto de mercado e estabeleça uma relação inversa, assumindo a empresa o papel da escola.

A análise crítica da conjuntura política do país possibilita a compreensão da realidade econômica, social e educacional. Em sala de aula, o desvelar dessa realidade contribui com uma educação emancipadora, tendo a Pedagogia Histórico-Crítica como uma possibilidade dessa compreensão. Colares e Lombardi (2021, p. 41) advertem para a necessidade de compreensão das questões gerais: “[...] todavia, temos a clareza de que não estamos lidando com questões estanques, isoladas, que possam ser tratadas sem a compreensão conjunta, sem o entendimento de totalidade [...]”. Portanto, é fundamental fazer o exercício de análise do todo às partes e das partes ao todo.

Nessa direção, Ângelo Antonio Abrantes (2018, p. 101-102) afirma que

a pedagogia histórico-crítica se fundamenta no reconhecimento de que a educação atual se produz na sociedade de classes e consequentemente no contexto de luta de classes e que, portanto, se insere metodologicamente como uma prática posicionada nessa luta vislumbrando constituir-se como um instrumento orientador da classe trabalhadora nos seus anseios por educação de qualidade. O antagonismo entre capital e trabalho, a necessidade de formação diferenciada da força de trabalho decorrente do modo de produção capitalista, a desigualdade substancial nas condições de vida que lhe é inerente, a dualidade de projetos educativos para diferentes classes sociais indica uma situação do fazer educativo em que o método pedagógico se caracteriza como expressão do compromisso com a necessidade histórica de formar pessoas que pensem e transformem a sociedade. Pessoas que produzam relações sociais libertadoras.

Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica, como ferramenta contra-hegemônica, possibilita a construção de uma educação emancipadora capaz de construir uma nova sociedade. Nesse sentido, pensar e fazer uma educação para além do capital, nos dizeres de István Mészáros (2008), é compreender como essa educação é pensada e reproduzida no sistema estatal, compreendendo a escola como organismo reproduutor do Estado e, ao mesmo tempo, construtora de uma educação contra-hegemônica que possibilite a crítica, o entendimento sobre a sociedade e a luta de classes, promovendo, consequentemente, a transformação social da classe trabalhadora.

A relevância do presente estudo encontra-se relacionada às discussões no campo educacional de um contexto de desmontes das políticas públicas da educação brasileira e de um projeto conservador pautado em ações orientadas por questões ideológicas de extrema-direita, que resultaram em uma situação caótica no cenário educacional, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, com efeitos fatídicos da pandemia da covid-19 sobre a educação.

Este artigo está organizado em quatro seções. Na introdução, apresenta-se a origem do texto, o viés neoliberal no campo educacional e os acontecimentos políticos que dificultaram a educação pública brasileira no período de 2019 a 2022.

A segunda seção, trata da educação pública sob a mira do ódio e suas mazelas sociais e políticas. Traz reflexões sobre a atuação do governo de Jair Bolsonaro e situações que evidenciam o ódio na educação pública brasileira, suas incertezas, desmontes e resistências, principalmente no contexto da crise sanitária da covid-19 e da crise estrutural do capital.

Na terceira seção, destaca-se a importância da Pedagogia Histórico-Crítica como uma teoria pedagógica marxista que possibilita a compreensão da realidade educacional, evidenciando a educação em uma totalidade, seus fundamentos e sua política contra-

hegemônica. Constitui-se como uma ferramenta pedagógica capaz de se contrapor e desconstruir o discurso hegemônico e do ódio.

Na última seção, apresentam-se as considerações finais, que, de certa forma, evidenciam a aliança entre o capital, a classe dominante e o descaso educacional como um projeto de governo entre os anos de 2019 e 2022, evidenciando a PHC como ferramenta pedagógica para a superação dessa realidade.

Assim, não se pretende esgotar as discussões, mas possibilitar reflexões sobre a realidade educacional brasileira em meio a políticas de sucateamento e avanço desmedido do capital, da privatização e do desrespeito ao bem público e à educação pública, que, mesmo diante das suas contradições, atende à classe trabalhadora, visto que “[...] são os trabalhadores que produzem tanto os conhecimentos quanto o conjunto dos bens materiais, cabe à educação e à pedagogia histórico-crítica possibilitar aos educandos o acesso aos bens culturais, ajudá-los a conquistar a consciência de classe [...]” (Orso, 2020, p. 23).

## **2 SOB A MIRA DO ÓDIO: A EDUCAÇÃO PÚBLICA ENTRE DESMONTES, INCERTEZAS E RESISTÊNCIAS**

A educação pública sempre foi alvo de descaso e de desrespeito governamental ao longo de seu processo histórico. Essa prática se intensificou nos anos de 2019 a 2022, acompanhada sempre do discurso de ódio sobre movimentos sociais, minorias e todos aqueles que abertamente têm defendido a vida e a educação pública como direito de todos.

A perseguição a professores e à educação pública constituiu parte do projeto governamental de Jair Bolsonaro. Assim, “[...] em um curtíssimo espaço de tempo, a educação e a escola pública foram submetidas a um conjunto de ataques e mudanças que as atingiram de maneira direta e indireta, comprometendo decisivamente o ensino, a pesquisa e a socialização dos conhecimentos” (Orso, 2020, p. 25).

O discurso de defesa e de exaltação desmedida do mercado tem evidenciado a face perversa do neoliberalismo, que tem investido pesadamente nos desmontes de instituições escolares, universitárias e científicas. A crise estrutural do capitalismo não se limita apenas ao campo econômico, afeta os diversos setores da vida humana. De acordo com Mészáros (2011, p. 41),

apesar de tudo, dificilmente seria possível negar que algo de significativamente novo está ocorrendo no sistema em seu conjunto. Sua natureza não pode ser explicada, como foi tentado de início, apenas em termos de uma crise *cíclica* tradicional, uma vez que tanto o âmbito como a duração da crise a que fomos submetidos nas últimas duas décadas superam hoje os limites historicamente conhecidos das crises cílicas. [...] À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso.

Assim, pode-se dizer que a crise estrutural compromete um conjunto de relações sociais e suas interfaces com as relações políticas, refletindo negativamente em todas as partes do mundo. De acordo com Mészáros (2011), essa crise deixa de ser cílica para ser cada vez mais intensa e progressiva. No Brasil, a política de educação do Governo Bolsonaro se estabeleceu para além de uma crise; constituiu-se, na verdade, como um projeto governamental.

No entanto, para justificar as causas dessa crise na educação, diversos argumentos foram construídos com o intuito de propagar os sintomas e as necessidades urgentes de reformas e de mudanças no sistema escolar. Essa “verdade” foi ecoando no imaginário social e reproduzindo um discurso de mazela escolar pública. Assim, de acordo com Orso (2020, p. 33), “[...] governo, políticos, empresários, a grande imprensa, e, por extensão, uma significativa parcela da sociedade, que se tornou refém de intensa propaganda midiática, promovem um verdadeiro bombardeio contra a escola e a universidade pública”. Esses atores cada vez mais ganham adeptos e seus discursos intensificam-se na desqualificação da educação pública, “[...] e o pior é que o fazem com o maior cinismo, como se estivessem preocupados com a aprendizagem das crianças e jovens” (Orso, 2020, p. 33).

Da mesma forma, Saviani (2020, p. 14) reitera que

é nesse contexto que vem ocorrendo o desmonte da educação nacional pelo corte dos recursos destinados à educação, à ciência e à pesquisa científica, pelo ataque à educação pública com ameaças e iniciativas efetivas de privatização e com a desqualificação e perseguição aos professores. De fato, como ele próprio afirmou, Bolsonaro veio não para construir, mas para destruir o país. No caso da educação, o projeto é destruir a educação pública submetendo todos os níveis e modalidades de ensino aos interesses privados convertendo a educação em mercadoria. E para isso vários mecanismos são aventados, além da privatização direta: terceirização, transferência da gestão para organizações sociais, Educação a Distância, convênios com entidades privadas, parcerias público-privadas, compra de pacotes preparados por entidades privadas, nomeação de representantes do ensino privado para integrar os órgãos públicos de normatização e avaliação da educação; e agora vem se cogitando até mesmo da adoção de *vouchers*.

Os mecanismos de desmonte da educação pública mencionados por Saviani (2020) evidenciam as dimensões do neoliberalismo no campo escolar e o favorecimento a grupos empresariais ligados à educação. Essas ações buscam transformar a educação em mercadorias, desconsiderando a educação como direito garantido constitucionalmente. Esses retrocessos históricos geram um campo de incertezas e, ao mesmo tempo, de resistências. A forma como a educação pública tem sido tratada, principalmente no período pandêmico da covid-19, tem evidenciado as grandes desigualdades sociais e o descaso governamental com o sistema escolar de ensino.

Exemplo disso foi o ensino remoto, que mudou bruscamente a rotina profissional e escolar de professores e de alunos. Levados ao uso das plataformas digitais, sem nenhuma orientação pedagógica, muitos professores, através de convocações autoritárias, precisaram se virar sozinhos, desconsiderando toda a situação psicológica que passavam devido ao abalo emocional provocado pelo medo, pelas perdas de pessoas da família e de conhecidas, ocasionados pela doença do coronavírus.

Uma das ações mais recorrentes foi o uso da Plataforma do YouTube pelos professores. Os docentes, em busca de aprender a ministrar aulas *on-line*, mesmo que de forma improvisada, recorriam a vídeos curtos sobre os assuntos que seriam estudados pelos alunos. A esse processo Amanda Moreira da Silva (2020) denominou de youtuberização. Isso se tornou uma prática frequente no intuito de cumprir um calendário letivo. Para Saviani (2020), entretanto, o mais sensato deveria ter sido o cancelamento do ano letivo de 2020, o que na prática não ocorreu.

Assim, as aulas remotas se constituíram como uma alternativa para a garantia do processo educativo nesse período. No entanto, há de considerar as observações de Colares e Lombardi (2021, p. 40):

[...] as aulas remotas se tornaram praticamente a única saída, porém, sem que fossem tomadas as providências, por meio de políticas públicas, para que todos os participantes da educação escolar (a escola, seus professores e alunos), pudessem, minimamente, considerar o direito educacional para o conjunto da população, em especial para os segmentos marginalizados, excluídos, notadamente o expressivo contingente de excluídos do acesso à internet, de criar em suas casas condições para participar das aulas e atividades programadas pelas redes educacionais e pelas escolas.

Quanto ao uso da tecnologia, Frigotto (2021, p. 643-644) é categórico ao afirmar que,

no campo da educação, a pandemia da Covid-19 explicitou de forma clara a fetichização da tecnologia. Primeiro, passando a ideia de que a tecnologia estaria ao alcance de todos e, segundo, que mediante o trabalho remoto ou híbrido resolvéramos o déficit educacional e teríamos uma educação melhor. Em relação ao acesso o que existe é mais exclusão que inclusão [...]. De forma perversa utiliza-se de uma circunstância emergencial dramática da pandemia para postular naturalizar o ensino remoto ou híbrido. Com isto os empresários da educação, com o apoio dos movimentos Todos pela Educação e Escola sem Partido, pretendem alcançar um duplo objetivo: o de aumentar os seus lucros ampliando a privatização e a superexploração do trabalho docente e efetivar o controle ideológico do que e como se ensina na escola, anulando a autonomia docente [...].

O período pandêmico mostrou a face da desigualdade social e educacional ampliando a exclusão e o abandono de grupos historicamente marginalizados, como bem destacaram Colares e Lombardi (2021). O que fica evidente diante das mazelas provocadas pela crise estrutural do capital e pela crise sanitária da covid-19 é a materialização das investidas ultraconservadoras do governo de Jair Bolsonaro e da classe dominante visando à privatização da educação pública com mecanismos de gerenciamento empresariais.

Diversos projetos e ações objetivam a adequação às mudanças sociais em curso. Tais pretensões estão relacionadas à BNCC, à reforma do Ensino Médio, à cobrança de mensalidades nas universidades públicas, aos cortes de verbas destinados à educação, à vigilância sobre o docente, ao *homescholling*, enfim, a ações que direcionam para a ampliação de lucros e a manutenção da hegemonia burguesa.

Importante destacar que diversas mudanças ocorridas no contexto educacional, principalmente em relação ao Ensino Médio, tiveram início no governo de Michel Temer e intensificaram-se no governo Bolsonaro, visto que os desmontes, o ódio e as incertezas ficaram mais evidentes e ganharam reprodutores de discursos de perseguição, de ódio e de intolerância à educação pública, bem como à classe trabalhadora, propagados, inclusive e intensamente, nas redes sociais.

Nesse sentido, Colares, Arruda e Colares (2021, p. 287-288) destacam o seguinte:

assistimos ao avanço da mentira, do ódio e da ignorância propalados nas redes sociais impulsionadas por máquinas financiadas pelos agentes do grande capital e alimentadas pelos fanáticos seguidores dos paladinos da irracionalidade. Mesmo depois de décadas de esforços pela escolarização e difusão da ciência e seus benefícios, essa onda de ignorância reaparece e mostra vitalidade suficiente para arrastar pessoas, de diferentes extratos sociais, para a entrega de suas vidas ao deus mercado.

O avanço do ódio consumido e compartilhado nas redes sociais através de informações falsas aumentou a divulgação de *fake news* com conteúdos pautados em concepções conservadoras, autoritárias, reacionárias e antidemocráticas. Frigotto (2017, p. 17) já advertia sobre “[...] a esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade com um forte alinhamento às propostas de reformas neoliberais e aos interesses empresariais sobre a gestão do Estado e a educação”, quando da aprovação do Projeto de Lei n.º 867/2015, que criou o Escola sem Partido e que “[...] sinaliza o risco que vivemos hoje no Brasil, com indícios claros do clima de desagregação social, de produção do ódio às diferenças e de preparação de uma atmosfera de perseguição [...]” (Frigotto, 2017, p. 17). Da mesma forma, Fernando Araújo Penna (2017), dentre vários argumentos sobre o fenômeno educacional, destaca a desqualificação do professor, que, de acordo com o Escola sem Partido, construiu um discurso de desconfiança em relação ao professor enquanto profissional da educação.

Penna (2017, p. 39) afirma que, “[...] quando estamos falando sobre essa lógica de desqualificação do professor, ela se aproxima muito de uma lógica que poderíamos chamar de uma lógica de mercado, que consiste em pensar a educação como uma relação entre alguém que está prestando um serviço e um consumidor”; portanto, a educação é tida como mercadoria. É explícito o uso do código de defesa do consumidor para justificar o Escola sem Partido e construir um discurso em “defesa” do processo educativo e dos alunos; estes, considerados por esses idealizadores como sendo a parte indefesa da relação educacional.

No entanto, sabe-se que a educação não é neutra. Prova disso são as ações desse projeto, dos conservadores e reformadores da educação voltada para a mercantilização do saber, que buscam imprimir suas ideologias nos currículos escolares e na mentalidade da sociedade brasileira, construindo um discurso de ódio e desdengo das questões públicas.

Na continuidade incessante do ódio de Jair Bolsonaro à educação pública e aos professores, em 9 de março de 2022, foi publicado, no Diário Oficial da União, a Lei Complementar n.º 191/2022, de autoria do deputado Guilherme Derriti (PP-SP). Tal lei desconsidera todo o trabalho dos professores durante a pandemia, entre março de 2020 e dezembro de 2021. Esse ataque inconstitucional aos olhos dos trabalhadores da educação e de estudiosos remete-se ao projeto de desmonte desse governo.

Em meio a tanto ódio e intolerância, materializado nos desmontes, é necessário resistir. Essa resistência precisa ser conjunta e articulada, pois não se pode subestimar as forças adversas. Segundo Frigotto (2021, p. 646-647), “[...] trata-se, então, de buscar recuperar organização e força política nos sindicatos, partidos de esquerda e movimentos

sociais e culturais. Do mesmo modo e concomitantemente ampliar os debates com os docentes para não capitularmos sob a pedagogia da ameaça e do medo [...].”

Saviani (2020, p. 23) adverte que “[...] será uma luta longa e difícil porque democracia suicida significa precisamente isto: o povo iludido por falsas promessas, no exercício de sua soberania vota contra si mesmo elegendo seus próprios algozes [...]”. Portanto, pensar criticamente analisando a conjuntura política é um exercício necessário para a mudança de realidade e de transformação social.

Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 220) destaca alguns aspectos importantes para superar o autoritarismo que paira sobre a sociedade brasileira:

a resposta para a crise política, econômica, social e cultural em que nos encontramos, e para combater o retorno de modelos autoritários de convivência, como também de política, só virá de um projeto de nação mais inclusivo e igualitário. Apenas o investimento numa formação educacional sólida, ampla e equânime pode abalar o ceticismo que tomou a sociedade brasileira e animar a boa utopia de uma sociedade mais informada, leitora, crítica e capaz de dialogar. A intolerância fragiliza o nosso estado democrático de direito, que pede respeito entre ideias, experiências, práticas, opções e costumes diferentes [...].

Essa realidade pode ser mudada a partir de uma educação crítica que possibilite o debate, a compreensão, a reflexão sobre a sociedade e suas contradições, além de seus questionamentos na educação escolar. De acordo com Colares e Lombardi (2021, p. 40), “[...] entendemos que uma das ferramentas que dispomos é a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), daí porque se faz necessário sua compreensão qualificada, desde as suas bases, os seus fundamentos, até sua prática social, de forma concomitante, na inter-relação entre teoria e prática”, é o que a seção seguinte se dispõe a problematizar.

### **3 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA: UMA TEORIA PEDAGÓGICA MARXISTA NA COMPREENSÃO DA REALIDADE EDUCACIONAL**

Compreender a realidade que assola os diversos aspectos da vida social é uma das características importantes da educação escolar. Dessa forma, um dos instrumentos que possibilita a compreensão da realidade é a Pedagogia Histórico-Crítica. Segundo Saviani (2011, p. 76), a PHC busca “[...] compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo”. Essa compreensão implica analisar o contexto histórico em desenvolvimento e as suas contradições. “Portanto, a concepção pressuposta nesta visão

da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana” (Saviani, 2011, p. 76).

Quanto à PHC, importante observação de Colares e Lombardi (2021, p. 42) se segue:

não esquecer, entretanto, que os clássicos do marxismo não desenvolveram uma teoria pedagógica, mas deram indicativas para esta, cabe a PHC fazer a elaboração de uma concepção pedagógica com raízes fincadas na concepção de mundo, de homem e de conhecimento próprio do materialismo histórico.

Logo, a escola, enquanto instituição social, precisa estabelecer diálogos entre os conteúdos previstos nos seus currículos escolares e a realidade evidenciada e vivida no presente, o que incide diretamente no cotidiano social. Como parte integrante de uma totalidade social, os alunos precisam compreender essa realidade presente como resultado de uma construção histórica e, a partir de uma análise crítica, identificar e compreender os diversos fatores que afetam, principalmente, a classe trabalhadora. Nesse sentido, Saviani (2020, p. 17-18) destaca o seguinte:

considerando o primeiro sentido do trabalho como princípio educativo, vemos que o modo como está organizada a sociedade atual é a referência para a organização do ensino fundamental. O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade. O acervo em referência inclui a linguagem escrita e a matemática, já incorporadas na vida da sociedade atual; as ciências naturais, cujos elementos básicos relativos ao conhecimento das leis que regem a natureza são necessários para se compreender as transformações operadas pela ação do homem sobre o meio ambiente; e as ciências sociais, pelas quais se pode compreender as relações entre os homens, as formas como eles se organizam, as instituições que criam e as regras de convivência que estabelecem, com a consequente definição de direitos e deveres. O último componente (ciências sociais) corresponde, na atual estrutura, aos conteúdos de história e geografia. Eis aí como se configura o currículo da escola elementar.

Diante desses currículos, a educação crítica, pensada a partir da PHC, pode e deve fazer uma educação contra-hegemônica, trazendo para a sala de aula, em suas diversas modalidades de ensino, situações-problemas vividas pelos alunos no contexto social externo. Para exemplificar tais situações cotidianas, podem-se estabelecer, no ensino da Matemática, situações-problemas que tragam para a contextualização formal da aprendizagem os valores dos alimentos, o valor da conta de energia elétrica, o valor do salário do trabalhador, a quantidade de pessoas que fazem parte da família e que precisam garantir as condições

materiais básicas para a manutenção da vida e, ao mesmo tempo, promover reflexões sobre o contexto econômico e político brasileiro.

Outra possibilidade de dialogar com a realidade social brasileira está relacionada com as ciências naturais, pois possibilita, não apenas compreender as transformações operadas pela ação do homem sobre o meio ambiente, mas analisar criticamente a velocidade e a ferocidade do sistema capitalista na destruição desse meio ambiente, principalmente na Amazônia, e que não poupa vidas para colocar em prática as suas demandas. Essa prática de destruição e de perversidade, é histórica e ocorreu com ativistas e defensores do meio ambiente, como Chico Mendes, irmã Dorothy e tantos outros. Mais recentemente, podemos citar igualmente o indigenista brasileiro<sup>1</sup> Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips.

A Amazônia, por sua complexidade, desperta o interesse e a ambição capitalista, pois, de acordo com Colares (2022, p. 30), é “[...] terra de riquezas incalculáveis que movem a ambição exploratória na mesma velocidade em que ocorre a depredação da natureza, e avançam as desigualdades sociais”. A compreensão dessa realidade em seu contexto histórico possibilita tecer críticas e entender o propósito capitalista por trás do discurso e que interfere, inclusive, no sistema escolar. “Desvelar a realidade é, portanto, um requisito para a compreensão dos problemas sociais e, dentre eles, os problemas educacionais” (Colares, 2022, p. 30).

Assim, de acordo com Orso e Malachen (2016, p. 3),

[...] a Pedagogia Histórico-Crítica considera como prioritário que na escola sejam trabalhados os conteúdos num processo educativo intencional. Isso representa um trabalho com o conhecimento objetivo e universal, portanto, comprehende que o conhecimento tem um caráter histórico e crítico.

Para além das situações cotidianas que possam exemplificar a prática, é prioritária a apropriação e a sistematização do saber escolar para além da compreensão imediata do aluno.

Da mesma forma, Lima, Lombardi e Dominschek (2020, p. 3) afirmam que “[...] nas últimas décadas, a PHC tem se destacado como uma teoria da educação capaz de captar o movimento objetivo do processo histórico no qual se insere a educação escolar [...]”,

---

<sup>1</sup> Bruno Pereira e Dom Phillips foram mortos no dia 5 de junho de 2022, no Vale do Javari (AM). De acordo com a reportagem da BBC News, as investigações apontam “[...] a existência de vínculos de pescadores e caçadores ilegais com o narcotráfico, que é a principal força econômica da região e se articula com diversas atividades, entre elas garimpo, extração de madeira, pesca e caça” (Fellet; Prazeres; Mori, 2022, p. 2). Os dois tiveram seus corpos esquartejados e queimados.

contribuindo para a compreensão crítica da realidade e para a transformação social, principalmente das classes menos favorecidas.

Ao destacar o currículo na Educação Básica, Saviani (2020, p. 29) evidencia a necessidade de apropriação do conhecimento formal para a interferência crítica na realidade, absorvendo “[...] um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos sem o que não se pode ser cidadão”. Assim, “[...] a pedagogia histórico-crítica afirma resolutamente que a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular” (Saviani, 2010, p. 29), daí a necessidade de mediação de uma educação problematizadora capaz de fornecer a compreensão de acontecimentos reais que estão embriados, implícita e explicitamente, na conjuntura política brasileira.

Nesse sentido, Colares e Lombardi (2021, p. 58) afirmam que, “[...] se a função da educação escolar é a de transmitir aos filhos dos trabalhadores os saberes dos dominantes, isto é: os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade, a finalidade da escola é de garantir que os conhecimentos ultrapassem o pragmatismo da vida cotidiana [...].”

A compreensão dessa dinâmica, tanto por professores quanto por alunos, permite uma mudança significativa na educação e caminha para reflexões profundas que contestem a ordem posta e promovam uma revolução no campo educacional. Nos últimos tempos, tem se intensificado a defesa da ideologia da classe dominante em seus diversos campos, o que tem levado a questionamentos quanto ao papel das distintas classes, como evidenciam os questionamentos de Orso (2020, p. 71-72):

mas, o que faríamos se pertencessemos à classe dominante? Não faríamos a mesma coisa? Sim, não há dúvida. O problema, portanto, não está na classe dominante defender seus interesses, com todos os meios. O problema é a classe trabalhadora não pensar e agir de acordo com sua condição de classe e fazê-lo conforme os interesses da burguesia. Então, como se explica que a classe trabalhadora, sendo mais de 95% da população, não consegue se desvincilar das correntes que a prendem? Não resta dúvida de que, articulada à condição material, a ação das legiões de produtores de alienação, que abrange desde a grande mídia, passa pelas igrejas, pela escola, pela família e se espalha pela sociedade, exercem um papel fundamental, pois, não só impedem, ou, pelo menos, dificultam ao máximo, que os trabalhadores se reconheçam, identifiquem-se e pensam como classe, como fazem com que ajam de acordo com os interesses de seus adversários, a classe dominante.

Na mesma direção, Marx e Engels (2019, p. 47) esclarecem que

os indivíduos que compõem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência e, portanto, pensam; na medida em que dominam como uma classe e determinam toda a amplitude de uma época histórica, é óbvio que eles fazem isso

em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, também dominam como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e distribuição dos pensamentos de seu tempo; é igualmente óbvio, portanto, que suas ideias são as ideias dominantes da época [...].

Assim, há de compreender o papel de cada classe e de frações de classes na complexidade da vida em sociedade e nos modos de produção capitalista em curso. Há de se considerar a construção de uma educação que traga o entendimento dessa complexidade de classes e do capital; portanto, “[...] em coerência com o materialismo histórico dialético, o método da pedagogia histórico-crítica se fundamenta no princípio de que não se trata apenas de educar para o mundo existente, mas que a tarefa decisiva da educação é a formação para luta transformadora da realidade” (Abrantes, 2018, p. 102). Isso significa uma problematização constante quanto ao papel do indivíduo em sociedade, em classe, além de uma luta permanente para a mudança de realidade que de fato interfira nas questões políticas, sociais e educacionais.

Para Colares, Arruda e Colares (2021, p. 268),

a pedagogia histórico-crítica tem como ponto de partida e de chegada à prática social, mediada pela problematização, e tendo como componentes centrais a instrumentalização e a catarse. Portanto, propõe à classe trabalhadora o acesso ao saber produzido historicamente pela humanidade articulada a uma formação política que sirva ao propósito da transformação social. Mantém profunda relação com as lutas que são travadas pela educação e pela escola pública universal, laica, obrigatória, gratuita, inclusiva e plural com o respeito irrestrito à diversidade.

Assim, a educação formal precisa ser significativa e reflexiva, tendo a PHC como uma teoria que provoque a problematização a partir da prática social e possibilite diálogos subsidiados pelos conhecimentos formais historicamente construídos em diversos campos do saber, fazendo um movimento dialético da prática educativa com o processo de transformação social e política. “Os conhecidos momentos desse método – prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social – articulam-se como princípios e pressupõem uma visão de totalidade ao integrar uma pauta de ações necessárias à prática educativa que abrange aspectos singulares e gerais [...]” (Abrantes, 2018, p. 105). Essa visão de totalidade articulada às especificidades fazem um movimento crítico-reflexivo necessário para a compreensão da realidade e a ação sobre ela.

Portanto, a Pedagogia Histórico-Crítica se constitui numa teoria pedagógica efetivamente materialista, histórica e dialética, pois fundamenta-se nas concepções filosóficas de Marx e Engels. Critica a sociedade capitalista e os modos de produção, questiona o papel

da educação escolar frente à análise crítica da realidade, permite a construção da consciência de classe e possibilita o posicionar-se criticamente frente aos desmontes, às incertezas e ao ódio governamental intensificados no Governo Bolsonaro. Para Mészáros (2008, p. 76), “[...] a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora [...]”. Tarefa possível mediante a apropriação do conhecimento historicamente construído e o exercício constante da compreensão e interferência na realidade social.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente texto mostrou diversos aspectos que afetaram a educação pública no período de 2019 a 2022, no contexto pandêmico da covid-19 e da crise estrutural do capital, apresentando como alternativa para a compreensão desse contexto histórico no ambiente escolar a Pedagogia Histórico-Crítica.

O aprofundamento do projeto neoliberal nesse período evidenciou uma série de desmontes que afetaram bruscamente a educação pública. A aliança com o capital, com a religião e com a classe dominante contribuiu para colocar o Brasil em uma situação negativa e degradante. O descaso educacional, a destruição do meio ambiente e dos bens públicos, a interferência de lideranças religiosas no governo explicitaram a corrupção e o abandono que grassaram nesse período, mostrando as faces do governo conservador e autoritário de Jair Bolsonaro.

Não se pode pensar em uma educação crítica sem levar em consideração a realidade social e o seu movimento dialético. O ódio enraizado na classe dominante busca na educação a justificativa para seus desmontes e para a materialização de seus projetos, alinhados a reformas neoliberais e aos interesses empresariais sobre a gestão do Estado.

Nesse sentido, a PHC se constitui como uma ferramenta pedagógica que possibilita a interpretação da realidade para além das aparências, articulando o conhecimento teórico com a prática social em evidência. Dessa forma, permite, principalmente, que a classe trabalhadora se aproprie dos conhecimentos historicamente construídos a ponto de superar o pensamento cotidiano, acrítico, pautado no senso comum e caminhar para uma revolução educacional que possibilite a transformação social e emancipadora, capaz de desconstruir discursos hegemônicos e de ódio.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Angelo Antonio. Como ensinar? O método da Pedagogia Histórico-Crítica e a aula como unidade concreta de relações sociais. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO, Marcela de Moraes (org.). **Pedagogia histórico-crítica: legado e perspectivas**. Uberlândia: Navegando, 2018. p. 99-116.

BENTES, Vianey; ARBEX, Thais; LOPES, Léo. Ex-ministro Milton Ribeiro é preso em operação da PF. **CNN Brasil**, São Paulo, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ex-ministro-milton-ribeiro-e-preso-em-operacao-da-pf/> Acesso: 28 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 191, de 8 de março de 2022**. Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Brasília, DF, 2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp191.htm). Acesso em: 22 jun. 2022.

COLARES, Anselmo Alencar. Conferência “Inserção da Amazônia no modo de produção hegemônico e no projeto educacional da modernidade”. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 12, p. 1-54, 2022.

COLARES, Anselmo Alencar; ARRUDA, Elenise; COLARES, Maria Lília. Pedagogia histórico-crítica e a superação do projeto civilizatório burguês. In: HERMIDA, J. (org.). **A pedagogia histórico-crítica e a defesa da educação pública**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2021. p. 267-289.

COLARES, Anselmo Alencar; LOMBARDI, José Claudinei. Fundamentos da pedagogia histórico-crítica. In: LOMBARDI, J. C.; COLARES, M. L. I. S.; ORSO, P. J. (org.). **Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 39-63.

FELLET, João; PRAZERES, Leandro; MORI, Letícia. Quem matou Dom e Bruno? Como estão investigações sobre crime. **BBC News Brasil**, São Paulo, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61865523>. Acesso: 18 jul. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “Sem” Partido Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2017. p. 17-34.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 636-652, abr. 2021.

LIMA, Marcos Roberto; LOMBARDI, José; DOMINSCHEK, Desiré Luciane. A pedagogia histórico-crítica no âmbito da educação brasileira: do senso comum à práxis revolucionária na educação. **Rev. HISTEDBR on-line**, Campinas, v. 20, p. 1-17, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORSO, Paulino José. **Um espectro ronda a escola pública.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ORSO, Paulino José; MALANCHEN, Julia. Pedagogia histórico-crítica e a defesa do saber objetivo como centro do currículo escolar. In: SEMINÁRIO DO HISTEBR, 10., 2016, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016, p. 1-16.

PENNA, Fernando Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “Sem” Partido Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2017. p. 35-48.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica e a educação escolar. In: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 75-88.

SAVIANI, Dermeval. Ciência e educação na sociedade contemporânea: desafios a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 16, p. 13-36, jul./dez. 2010.

SAVIANI, Dermeval. Conferência “Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional”. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 10, p. 1-25, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Amanda Moreira da. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Revista Trabalho, Política e Sociedade – RTPS**, v. 5, n. 9, p. 587-610, jul./dez. 2020.

Recebido em: 12 set. 2024.

Aceito em: 11 abr. 2025.